

Ensino de qualidade

A falta de escolas e professores sempre foi um dos grandes problemas da educação brasileira. Em consequência, combater o analfabetismo e elevar o nível de escolaridade da população implicavam construir escolas e contratar professores. Como demonstram os resultados parciais da CPI do Orçamento, a ênfase de alguns parlamentares em destinar verbas mais para a construção de prédios que para o seu aparelhamento ou para a melhoria dos serviços neles prestados, sejam escolas, hospitais ou outras instalações públicas, é muitas vezes inspirada mais pelos interesses das empreiteiras que da população.

No que diz respeito especificamente à educação, as estatísticas indicam que hoje, se computarmos os estabelecimentos privados, já não há falta de escolas ou professores, exceto em áreas e situações muito especiais e limitadas. Em outras palavras, o ensino fundamental foi virtualmente universalizado no País. O problema, hoje, é outro. Pesquisas realizadas em escala internacional, pela Unesco e pelo Banco Mundial, constataam que o Brasil apresenta níveis deploráveis de qualidade de ensino. O rendimento escolar dos estudantes, isto é, os conteúdos por eles assimilados, é baixíssimo, e a evasão escolar e a repetência extremamente elevadas. Paradoxalmente, os investimentos dos governos federal, estaduais e municipais no setor são bastante elevados em termos de percentagem do Produto Interno Bruto e da arrecadação tributária, o que significa que a produtividade dos investimentos é lamentável. Gasta-se muito e obtém-se pouco.

De acordo com um documento do Ministério da Educação, apesar do contexto sócio-econômico desfavorável, o País desenvolveu um grande esforço nas últimas décadas para integrar ao sistema educacional quase toda a população de 7 a 14 anos. No início dos anos 60, apenas 45% dessa população freqüentava a escola, enquanto que em 1989 esse percentual elevou-se para 85%. Outros dados indicam que esse percentual aumentou ainda mais, desde então.

Conforme o mesmo trabalho, "mais da metade das crianças entra no Primeiro Grau aos sete anos, mas a repetência e reprovação

elevam a idade média da segunda série para 9 anos. Em média, as crianças permanecem 8,4 anos no Primeiro Grau e não conseguem ultrapassar a quinta série. Quase dois terços estão acima da idade normal de sua série e apenas 13% completam o curso em idade adequada". Em consequência, "os efeitos acumulados da baixa produtividade do sistema se refletem na reduzida escolaridade média da população maior de 15 anos e no grande contingente de adolescentes e adultos subescolarizados que encontram dificuldades de incorporação social e econômica".

No que diz respeito à assimilação de conteúdos, uma pesquisa realizada no final do ano passado envolvendo escolas públicas de todas as regiões do País para aferir a aprendizagem efetiva de Português, Matemática e Ciências revelou que os alunos terminam o ano letivo dominando, em média, menos da metade (46,77%) dos conteúdos mínimos necessários para a série e disciplinas que estão cursando.

Com base nesses e em outros dados, o MEC, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem desenvolvendo uma política de redirecionamento da ação governamental na área da Educação. A questão para o Brasil de hoje face aos desafios que se colocam ao País neste final de século está em melhorar a qualidade do ensino. O primeiro passo para isso, como para programas de qualidade em qualquer área de atividade, está em implantar um sistema nacional de avaliação do ensino básico. Isso começou a ser feito em 1992 e prossegue neste ano. Em alguns estados, os testes já estão sendo aplicados. No DF, eles deverão ser feitos entre 23 e 25 de novembro. Embora este trabalho seja pouco conhecido por parte da opinião pública, é uma das ações mais importantes em execução em termos de política educacional no País. É de se esperar que, ao contrário do que ocorre com freqüência, esta iniciativa não seja prejudicada pela falta de recursos ou pela tendência nacional de se interromper projetos públicos pelo simples fato de eventualmente mudarem as autoridades responsáveis pelo setor.